Espanha

No extremo sudoeste do continente europeu, entre o Mediterrâneo e o Atlântico, e bem próxima à costa da África, encontra-se a Espanha, um dos primeiros países a configurar-se como estado no mundo moderno, e o mais poderoso da Europa renascentista.

Uma das mais importantes nações da Europa por sua extensão, população, vida cultural e economia, a Espanha avulta também por sua história, crucial para a formação do mundo moderno. Está estreitamente ligada aos países europeus ocidentais nos campos político e econômico, e aos países americanos de mesma língua, no aspecto cultural.

O território espanhol ocupa uma superfície de 504.783km2, aí incluídas as ilhas Baleares e Canárias, e as cidades de Ceuta e Mellila, que se situam na costa africana. Limita-se a nordeste com a França e Andorra, a leste e ao sul com o mar Mediterrâneo, a oeste com Portugal, e a noroeste e ao norte com o oceano Atlântico. O estreito de Gibraltar separa o país do Marrocos. Ceuta e Melilla fazem fronteira com o Marrocos.

Geografia física

Geologia e relevo. O território espanhol, um dos mais montanhosos da Europa, é constituído por três unidades básicas: a meseta central, as regiões periféricas e as ilhas. O centro da península ibérica é formado pela extensa meseta central, um altiplano com altitude média de 600m, constituído por materiais antigos (granitos, gnaisses, ardósias metamórficas) recobertos, em sua maior parte, por sedimentos posteriores ao dobramento alpino. A meseta é dividida em duas partes, de extensão semelhante, por um grande sistema montanhoso que se estende no sentido nordeste-sudoeste, a cordilheira Central. Essa cordilheira atinge 2.450m de altitude em Peñalara, na serra de Guadarrama, perto de Madri, e 2.592m no pico de Almanzor, na serra de Gredos. Tal como ocorre com os montes de Toledo, a cordilheira Central é formada por blocos do antigo escudo cristalino, fraturados e soerguidos pela orogenia alpina.

Ao norte da cordilheira Central se estende a região autônoma de Castela e Leão (submeseta setentrional), e ao sul as de Castela-Mancha e da Extremadura (submeseta meridional). Em seus bordos, a meseta apresenta alinhamentos montanhosos muito diversos. No norte se levanta, em frente ao golfo de Biscaia, a cordilheira Cantábrica. No noroeste, entre a meseta e a região da Galícia, ficam os montes de Leão. O sistema ibérico constitui o bordo nordeste da meseta, e a serra Morena configura o setor meridional, ligado à depressão do rio Guadalquivir. No oeste, o altiplano desce suavemente até Portugal.

A nordeste do sistema ibérico, a meseta se deprime para dar lugar ao vale do Ebro, por onde corre o rio mais caudaloso da península. O vale está encaixado entre o sistema ibérico, as cordilheiras costeiras catalãs e os Pireneus, uma elevada cadeia que se estende das margens do golfo de Biscaia, no Atlântico, às do golfo de Leão, no Mediterrâneo, numa extensão de aproximadamente 400km. Os Pireneus separam nitidamente a península ibérica do resto do continente europeu e constituem a fronteira natural entre a Espanha e a França. Seus pontos culminantes situam-se na parte central: são o monte Perdido, com 3.355m, e o pico de Aneto, com 3.404m. No vale do Ebro localiza-se a maior parte das comunidades autônomas de Aragão, Rioja e Navarra. O antigo principado catalão ocupa o ângulo nordeste da península, entre os Pireneus, o Mediterrâneo e o Ebro.

Entre a serra Morena, o golfo de Cádiz e o mar de Alborán se estende a região da Andaluzia. Ao sul da meseta, o grande vale do Guadalquivir se encaixa entre a serra Morena e a cadeia Bética, que se situa no sul da península e onde sobressai a serra Nevada, com o pico culminante da península ibérica, o monte Mulhacén, com 3.478m. O vale do Guadalquivir é atravessado de leste a oeste pelo rio que lhe dá nome. Esse vale é fechado, no sul, pelas montanhas do sistema Bético, que descem rapidamente para o Mediterrâneo e configuram uma costa de modo geral abrupta, entre o estreito de Gibraltar e o cabo da Nau, salpicada de pequenas planícies litorâneas.

No trecho entre a foz do Ebro e o cabo da Nau se abre o amplo golfo de Valência. Em torno da cidade homônima se estende uma fértil área de olericultura, irrigada pelos rios Turia e Júcar.

A estreita faixa costeira compreendida entre a cordilheira Cantábrica, limite setentrional da meseta, e o litoral atlântico, é uma região de montanhas sempre verdes, cortadas por vales intrincados, onde rios curtos e impetuosos abrem caminho para o mar e formam numerosos estuários. Nessa região se encontram as comunidades autônomas de Astúrias, Cantábria e País Basco.

No extremo noroeste da península fica a região da Galícia, que apresenta uma topografia mais suave. Os movimentos tectônicos do período quaternário provocaram a inundação de antigos vales fluviais, e assim se formaram os diversos braços de mar que penetram profundamente no continente.

Além do cabo da Nau, a cadeia Bética se prolonga sob o mar, emergindo no Mediterrâneo para formar as ilhas Baleares. A serra de Tramontana na ilha de Maiorca, é a mais alta do arquipélago.

Situadas diante da borda ocidental do deserto do Saara, as ilhas Canárias são um ponto avançado da Espanha em direção ao continente americano. Na ilha de Tenerife se encontra o vulcão Teide, que com seus 3.718m de altitude constitui o ponto mais elevado do território espanhol. As duas ilhas mais próximas do continente africano, Lanzarote e Fuerteventura, não têm elevações de importância e sua paisagem é desértica. Nas demais ilhas, as montanhas atuam como um obstáculo aos ventos alísios dominantes, o que dá origem a paisagens surpreendentemente verdes nas encostas do norte, em contraste com o sul das ilhas, onde os fenômenos vulcânicos aliam-se ao clima semidesértico para formar paisagens impressionantes.

Completam o território espanhol Ceuta, Melilla e algumas pequenas ilhas no norte da costa marroquina. O extremo ocidental do mar Mediterrâneo é denominado mar de Alborán, devido à ilhota espanhola existente a meio caminho das costas européia e africana. O penhasco de Gibraltar, que domina o estreito de mesmo nome, se encontra sob soberania britânica, mas é reivindicada pela Espanha.

Clima. Verões secos e quentes, bem como invernos frios e úmidos, caracterizam o clima predominantemente mediterrâneo da Espanha. A continentalidade das zonas do interior, a influência moderadora do Atlântico e do Mediterrâneo, e o relevo montanhoso são os principais fatores que modificam o quadro geral nas diferentes regiões do país.

A altitude considerável, aliada à existência de cordilheiras periféricas que se levantam como barreiras contra a penetração dos ventos marítimos, faz da meseta uma zona de traços climáticos continentais: no inverno e no verão, verificam-se temperaturas extremas; no outono e na primavera, as precipitações são pouco abundantes, mas freqüentes.

O clima propriamente mediterrâneo domina nas zonas periféricas do leste e do sul da península e nas ilhas Baleares. Na Catalunha o clima é temperado, ao passo que Valência desfruta de um clima suave, o que faz da região o principal centro abastecedor de cítricos da Europa.

Invernos frios, verões quentes e uma estiagem muito pronunciada caracterizam o vale do Ebro, que é fechado ao influxo oceânico pelos Pireneus, e ao do Mediterrâneo pelas cadeias catalãs. O vale do Guadalquivir, aberto às influências oceânicas, é alcançado pelas borrascas atlânticas na primavera e no outono, e tem verões extremamente secos. Os vales situados ao sul do sistema Bético apresentam clima subtropical, com invernos moderados, que permitem o cultivo de espécies desconhecidas no resto da Europa, como a cana-de-açúcar.

No sudeste da península, sobretudo na região de Almería, a aridez degrada o clima mediterrâneo e dá origem a verões muito quentes e secos, com precipitações anuais inferiores a 300mm. A região norte é chuvosa. Os territórios africanos de Ceuta e Melilla apresentam clima suave. As ilhas Canárias têm características subtropicais, com temperaturas amenas e precipitações escassas. Fuerteventura e Lanzarote são mais áridas.

Hidrografia. Três vertentes configuram a rede hidrográfica espanhola: a cantábrica, a atlântica e a mediterrânea. Os rios da vertente cantábrica são curtos mas relativamente caudalosos, e formam amplos estuários, como o de Bidasoa, na fronteira com a França, e o de Nervión, em Bilbao. Na costa atlântica da Galícia, os rios são também curtos e caudalosos. Na vertente atlântica, os mais importantes são o Minho (em espanhol, Miño), o Douro (Duero), o Tejo (Tajo), o Guadiana e o Guadalquivir. À exceção do Minho, percorrem toda a meseta na direção leste-oeste e sofrem estiagem no verão. O Minho, mais curto do que os grandes rios da meseta, mas de grande caudal, percorre as chuvosas terras galegas até desembocar no Atlântico, entre Espanha e Portugal.

Também na região limítrofe, o Douro corre em profundos desfiladeiros, cuja linha sinuosa estabelece, em grande parte, a fronteira dos dois países. O Tejo - o mais longo rio da península, mas não da Espanha - forma também desfiladeiros na maior parte de seu curso, que começa no sistema ibérico, avança para oeste e entra em terras portuguesas, para desembocar em Lisboa. O Guadiana percorre as planícies da Mancha e da Extremadura e ao chegar à fronteira portuguesa desvia seu curso para o sul, entra em Portugal e desemboca no golfo de Cádiz, onde forma um estuário fronteiriço.

O Guadalquivir nasce na serra de Cazorla, banha grande parte da Andaluzia e rega o amplo vale da serra Morena. Os rios da vertente mediterrânea têm curso abrupto e regime irregular, com cheias na primavera e longos períodos de estiagem. O mais importante deles é o Ebro, o maior do país; nasce na cordilheira Cantábrica e desemboca no Mediterrâneo. O Llobregat, que nasce nos Pireneus e também desemboca no Mediterrâneo, é o principal rio da Catalunha.

Flora e fauna. A variedade climática corresponde fielmente à diversidade de formações vegetais. No sul crescem bosques de tipo atlântico, com árvores de folhas caducas, como o carvalho, a faia e o castanheiro. A vegetação natural da meseta seria a de estepe e de bosques mediterrâneos, mas se encontra degradada por milênios de agricultura. É típica da zona ocidental (Salamanca, Extremadura) a paisagem de pastagens com bosques de azinheiras. A azinheira e o pinho aparecem em todas as zonas de clima mediterrâneo, assim como o matagal denso, resultante da degradação de outras formações.

A fauna natural espanhola reflete a transição geográfica entre Europa e África. Ursos, lobos, linces, cervos e cabras selvagens sobrevivem em zonas montanhosas e em reservas. Abundam também javalis, lontras, abutres e outras espécies já extintas em quase todo o resto da Europa. Além de diversas espécies de águias e falcões, as aves aquáticas e migratórias formam grandes colônias nas regiões de Huelva, Ciudad Real e Gerona.

População

Tipos raciais e línguas. A convivência histórica ao longo dos séculos fez com que não existam diferenças étnicas de relevo na Espanha. A distinção mais palpável é a representada pelos costumes e pela língua falada. São muito diferentes o castelhano de Sevilha e de Valladolid, por exemplo, ou o catalão de Barcelona e de Valência.

O idioma oficial da Espanha, o espanhol, ou castelhano, originado na alta Idade Média no norte de Castela, é um dos mais falados no mundo. É um idioma românico, que, além de sua fundamental raiz latina, sofreu notáveis influências dos idiomas falados na península antes da conquista romana, como o celta e o euscaro (basco). Conta também com extenso vocabulário derivado do árabe. Não é, contudo, o único idioma oficial em boa parte do país. Na Galícia, na Catalunha, em Valência, nas ilhas Baleares, em Navarra e no País Basco são também oficiais outras línguas vernáculas, ao lado do castelhano.

Idioma falado na Galícia, e de cuja matriz também derivou-se o português, o galego teve no século XIII um desenvolvimento maior do que o castelhano, mas a posterior expansão deste o confinou à região de origem. É a língua oficial da Galícia, e nela foi composta toda uma importante literatura, desde seu renascimento, iniciado no final do século XIX.

O catalão pertence ao mesmo grupo de línguas faladas no sudeste da França. Idioma oficial da Catalunha, das ilhas Baleares e do País Valenciano, é usado em toda a costa mediterrânea, desde a região francesa dos Pireneus Orientais até o estuário do rio Segura.

Um dos mais antigos idiomas conhecidos, o basco ou euscaro, confinado às montanhas do norte e de origem incerta, não se inclui entre os idiomas indo-europeus. É falado nas províncias de Guipúzcoa e Biscaia, em parte na de Álava, nas montanhas de Navarra e na região basca francesa.

Estrutura demográfica. O desenvolvimento histórico da população espanhola não foi paralelo ao dos países mais representativos da Europa ocidental. Causas diversas, mas sobretudo a intensa emigração para a América ao longo dos séculos XVI e XVII, causaram um declínio da população. Castela tornou-se uma das zonas de população mais rarefeita da Europa. A população voltou a crescer no século XVIII, e chegou a duplicar no século XIX, embora em proporção bem menor que na Alemanha ou no Reino Unido.

No século XX, o crescimento demográfico, maior que o do resto da Europa ocidental, diminuiu bastante na década de 1930 e sobretudo na de 1940, devido às dificuldades econômicas, e até mesmo à fome, que sucederam à guerra civil. Nas décadas de 1950 e 1960 houve um decréscimo da taxa de mortalidade, ao mesmo tempo em que aumentava a de natalidade, o que converteu a Espanha em um dos países de demografia mais dinâmica da Europa. O uso de métodos anticoncepcionais e a crise econômica da década de 1970 causaram, contudo, uma diminuição progressiva do índice de natalidade, que em meados da década de 1980 apenas igualava a taxa de mortalidade. Quanto à estrutura populacional, a essa mesma época a proporção de jovens era sensivelmente maior do que a dos demais países europeus.

Distribuição. Em termos gerais, dois terços da população espanhola habitam as estreitas faixas costeiras. As densidades mais altas são as encontradas junto ao Mediterrâneo, nas áreas urbanas de Barcelona e seu cinturão industrial, de Valência e Palma de Maiorca. Na costa atlântica, as maiores aglomerações estão na baixa Andaluzia e na baía de Cádiz, e ao norte, no litoral da Galícia.

O interior do país é em geral pouco povoado, se comparado com outros países da Europa ocidental. A grande exceção é Madri, no centro geográfico do país, rodeada por várias cidades-dormitórios. Outros núcleos urbanos de relativa importância do interior são Valladolid, capital da região autônoma de Castela e Leão, e sobretudo Saragoça, a grande cidade aragonesa, centro industrial e de comunicações. (Para dados demográficos, ver DATAPÉDIA.)

Economia

Agricultura e pecuária. A grande diversidade de solos e de condições climáticas permite numerosas culturas. Nas regiões secas, principalmente as de Castela, Andaluzia e Aragão, cultivam-se trigo e cevada, além do milho, produzido com irrigação artificial. No litoral cantábrico e na Galícia, a principal cultura é a do milho. Em geral, a Espanha é auto-suficiente em cereais e é um dos principais produtores de azeite de oliva de alta qualidade. Os olivais dominam a paisagem da meseta ao sul da cordilheira Central, das colinas da orla mediterrânea, do vale do baixo Ebro, e de extensas regiões da Andaluzia. Está em expansão o cultivo de outras oleaginosas, como o girassol.

Os vinhos espanhóis estão classificados entre os melhores do mundo. Embora exista um excedente de vinhos de baixa qualidade, na década de 1970 começou a ser desenvolvida uma política de controle de origem, com resultados altamente expressivos. Aos vinhos de qualidade das regiões de La Rioja, Catalunha, Málaga e Xerez, acrescentam-se os do vale do Douro, de Navarra, da Mancha e de outros pontos. Outras culturas de importância no país são as de frutas, principalmente as cítricas, além de algodão, cânhamo, beterraba açucareira e fumo.

Mais de metade do rebanho bovino se concentra nas áreas úmidas do norte, enquanto a criação de ovinos se desenvolve na meseta. O gado caprino adapta-se melhor às condições do árido sudeste, e a criação de porcos é comum na Extremadura.

Recursos florestais e pesca. Apenas a faixa úmida do norte da península e as altas montanhas, são áreas produtoras de madeira de qualidade. O desmatamento representa um problema contínuo desde a baixa Idade Média. O bosque atlântico europeu, de carvalhos, faias e castanheiros, que deveria cobrir toda a Espanha úmida, foi substituído em sua maior parte por plantações de pinho e eucalipto, usados pela indústria do papel.

Embora seja um dos maiores produtores mundiais de peixe, a Espanha tem necessidade de importar pescado, tradicionalmente um dos itens básicos da alimentação de seu povo. Os principais portos pesqueiros do país estão localizados no mar Cantábrico, nas rias (braços de mar) da Galícia, no golfo de Cádiz e nas ilhas Canárias.

Energia e mineração. A produção espanhola de hidrocarbonetos é reduzida, e concentra-se nas plataformas costeiras do delta do Ebro (petróleo) e do mar Cantábrico e do golfo de Cádiz (gás natural). As jazidas de carvão são em geral de baixa produtividade e situam-se nas Astúrias e nas zonas limítrofes dessa área com a de Castela e Leão. A maior parte da produção, decrescente e deficitária, está a cargo de empresas nacionalizadas. No sistema ibérico e na Galícia há extração de linhita, queimada para produzir energia elétrica em grandes centrais térmicas situadas junto às jazidas. Como a produção carbonífera está muito longe de satisfazer as necessidades energéticas e siderúrgicas, o país recorre amplamente às importações.

Entre os países da Europa, a Espanha foi, até determinada época, o de subsolo mais rico. Muitas jazidas, exploradas durante três milênios, como as de cobre de Huelva, continuam a produzir, mas de maneira muito reduzida. Outras, como as de chumbo da região sudeste, esgotaram-se no início do século XX. O mesmo pode ser dito da "montanha de ferro" das proximidades de Bilbao, que foi em sua maior parte consumida pelos altos-fornos ingleses nos quarenta anos que antecederam a primeira guerra mundial. Os lucros contribuíram para fazer do País Basco um dinâmico centro de desenvolvimento econômico.

As produções mais importantes são de ferro, zinco, chumbo, cobre, tungstênio, sais de urânio, pirita e mercúrio. Os metais preciosos, abundantes à época do Império Romano, só são obtidos em pequenas quantidades, como subproduto da exploração do cobre. Há produção de sal marinho no litoral mediterrâneo e no golfo de Cádiz, onde o clima seco e ensolarado favorece a evaporação da água do mar.

A considerável produção de eletricidade é obtida em centrais térmicas, hidrelétricas e nucleares. Os grandes rios da meseta apresentam fortes desníveis nas imediações de Portugal, fato que favoreceu a construção das maiores represas da Europa ocidental.

Em certas áreas do país, as secas chegam a ter quatro anos de duração. Por isso, a política de obras hidráulicas, iniciada pelos romanos há vinte séculos, aperfeiçoada sob o domínio árabe e impulsionada desde o início do século XX, permitiu a criação de grandes áreas de irrigação, a passagem de águas da vertente atlântica para a mediterrânea ao longo de centenas de quilômetros, a regularização dos leitos e a prevenção de cheias, em grau bastante considerável.

Indústria. Os primeiros passos para a criação de uma indústria moderna foram dados na Catalunha, onde em meados do século XIX, com base numa tradição histórica que remonta à baixa Idade Média, desenvolveu-se uma florescente produção têxtil. No último terço do século XX, a exportação de ferro permitiu aos empresários bascos criar uma potente indústria siderúrgica e uma moderna frota mercante. O carvão asturiano e o zinco cantábrico também contribuíram para fazer da região o principal foco de expansão da indústria pesada. Só na década de 1950 começou a grande concentração industrial de Madri.

O estado espanhol é um agente ativo e determinante da atividade empresarial. Sob diferentes fórmulas jurídicas, controla boa parte da indústria pesada -- siderurgia, construção naval, petroquímica, produção de energia e mineração, além dos transportes e comunicações.

De maneira geral, a indústria siderúrgica e mecânica está concentrada no norte, a têxtil na Catalunha e a leve no País Valenciano. A indústria automobilística distribui-se entre Saragoça, Valladolid, Valência, Pamplona, Barcelona, Madri, Vigo e Vitória, e a de material ferroviário entre Madri, Barcelona, País Basco e região cantábrica. Os grandes estaleiros estão em El Ferrol, Bilbao e Cádiz, e a indústria química é mais importante em Bilbao, Tarragona, Huelva e Santa Cruz de Tenerife.

Finanças e comércio. O sistema financeiro do país é dirigido e controlado pelo Banco de Espanha, emissor da moeda nacional, a peseta. Algumas entidades bancárias são estatais. A rede de instituições de poupança é mais extensa do que a própria rede bancária. Madri, Barcelona, Bilbao e Valência contam com bolsas de valores.

A Espanha importa matérias-primas energéticas e produtos manufaturados e exporta produtos agrícolas e industriais. Seus principais parceiros comerciais são os países da Comunidade Européia, da qual é membro, e os Estados Unidos. O petróleo, que no início da década de 1960 provinha quase todo da Venezuela, na década de 1980 passou a ser importado do México e de países do Oriente Médio.

Turismo. Bons preços, sol quase permanente e proximidade dos países mais desenvolvidos da Europa contribuíram para criar, a partir de 1960, um gigantesco complexo turístico na costa mediterrânea do país, e também nos arquipélagos das Baleares e das Canárias. Na década de 1980, o número de visitantes ultrapassava, a cada ano, o total da população, e a tendência era crescente.

Transportes e comunicações. O comércio com o exterior é feito fundamentalmente por rodovias, quando o destino é a própria Europa, ou por mar, pelos portos de Bilbao, Gijón, Vigo, Cádiz, Málaga, Valência, Tarragona e Barcelona. O país conta com bom número de aeroportos internacionais, especialmente nas zonas turísticas. O aeroporto de Barajas, em Madri, é um dos de maior tráfego da Europa, mas durante o verão é sobrepujado pelo de Son San Juan, de Palma de Maiorca.

A rede ferroviária é ainda insuficiente para as necessidades do país. As bitolas - diferentes das do resto da Europa, à exceção de Portugal e dos países da antiga União Soviética - e os traçados das vias não permitem altas velocidades às composições.

Por não existirem rios navegáveis, exceto o último trecho do Guadalquivir, entre Sevilha e o mar, o transporte interno de mercadorias é feito quase exclusivamente por rodovias. (Para dados econômicos, ver DATAPÉDIA.)

História

Origens pré-históricas. Restos humanos encontrados em diversos pontos, revelam a presença do homem na península ibérica desde o paleolítico inferior. No paleolítico superior foram produzidas as pinturas que cobrem as paredes e os tetos das grutas de Altamira, nas montanhas cantábricas. No mesolítico, a zona mediterrânea passou por um intenso processo de povoamento e nela estão localizadas as pinturas rupestres de Alpera, Valltorta e outras, que denotam um complexo cultural bastante diferente do das montanhas cantábricas.

A partir do quinto e quarto milênios anteriores à era cristã desenvolveram-se culturas neolíticas que conheciam a agricultura e o pastoreio. As culturas de Al Argar e de Los Millares se estenderam para o sudeste da península, onde são claras as influências do Mediterrâneo oriental.

No início do primeiro milênio anterior à era cristã, a península era habitada por povos muito diferentes dos que, posteriormente, foram designados pelos visitantes gregos com o nome genérico de ibéricos. Entre os séculos X e VI a.C., ocorreram, na parte ocidental dos Pireneus, grandes invasões de povos celtas, que se estenderam para o norte e o noroeste da península. Mais evoluídos culturalmente, os povos que habitavam as margens do Mediterrâneo já estavam agrupados em cidades, praticavam uma agricultura complexa, exploravam jazidas minerais e mantinham um ativo comércio com civilizações do Oriente Médio. A riqueza da misteriosa civilização de Tartessos, citada na Bíblia com o nome de Társis, possivelmente se baseava na exploração das minas de cobre de Huelva.

Colonizadores mediterrâneos. Acredita-se que a atual Cádiz tenha sido fundada como base fenícia na rota para as ilhas britânicas, em 1100 a.C. Existem vestígios de colônias fenícias, fundadas nos séculos VII e VI a.C., em vários pontos da Andaluzia, como Cádiz, Málaga, Almuñécar, Adra e outros. Foram os navegantes fenícios que introduziram na península o alfabeto, a moeda e o cultivo da oliveira. O litoral norte foi ocupado por tribos que, embora tivessem sofrido influência céltica, pertenciam a grupos étnicos diferentes: cantábricos, asturianos e vasconços.

Os colonizadores gregos estenderam suas atividades comerciais a partir de Massália (Marselha), por toda a costa mediterrânea. Os cartagineses, que tinham ocupado a ilha de Ibiza no século VII a.C., e mais tarde se apossaram do sul e do sudeste da península, fundaram Cartago Nova (Cartagena). Em meados do século III a.C., a derrota frente a Roma na primeira guerra púnica levou Cartago a expandir-se pela península. O sítio e a destruição de Sagunto, aliada de Roma, desencadeou a segunda guerra púnica.

A Hispânia romana. A derrota definitiva de Cartago colocou o sul e o leste da península em mãos de Roma, mas a meseta central e a Lusitânia (Portugal) só foram subjugadas em 133 a.C. Os povos cantábricos e austurianos, das montanhas do norte, permaneceram independentes até que, pouco antes da era cristã, o próprio imperador Augusto comandou a luta que acabou por submetê-los.

A romanização da península foi muito profunda. A língua, os costumes e a organização social dos povos autóctones passaram por alterações drásticas. A Hispânia, como era chamada pelos romanos, converteu-se numa região abastecedora de produtos agrícolas para o império, ao qual fornecia também metais preciosos. Uma extensa rede viária cobriu o território. Aos poucos, os conquistadores foram implantando o direito romano, a moeda, o sistema social escravagista e a organização administrativa. O cristianismo se estendeu lentamente e no século VI já constituía a estrutura social mais sólida do país.

Espanha visigoda. No ano 409, os suevos, os vândalos e os alanos atravessaram os Pireneus e se estabeleceram na Galícia, na Lusitânia e no sul da península. Ameaçado, o imperador Honório pediu ajuda ao chefe visigodo Valia, que expulsou vândalos e alanos. Só um século depois os suevos foram dominados na Galícia.

O povo visigodo, o mais romanizado dos bárbaros, começou a penetrar na Hispânia, em ondas sucessivas, a partir da primeira incursão de Valia, e embora não fosse muito numeroso em relação à população hispano-romana, conquistou o poder político e econômico. No final do século VI, os visigodos, até então arianistas, converteram-se em massa ao catolicismo, professado pela população local, e pouco mais tarde os códigos legais dos dois povos foram unificados. O reino visigodo estabeleceu sua capital na cidade de Toledo, onde passaram a ser realizados, periodicamente, concílios religiosos e políticos. Leovigildo, o mais destacado monarca visigodo, conquistou o reino suevo e combateu fortemente os bascos, os francos e os bizantinos, que tinham ocupado o sudeste da península.

Domínio mouro. Comandados por Tariq ibn-Ziyad, os árabes invadiram a península no ano 711, a partir do norte da África. A Espanha muçulmana (al-Ándalus) foi a princípio um emirado dependente do califa de Damasco, até que o emir Abd al-Rahman I separou-se politicamente de Damasco, no ano 756. A independência total, política e religiosa, só foi conseguida quando Abd al-Rahman III se proclamou califa, em 929.

Córdoba, a capital do califado, transformou-se então na cidade mais povoada, rica e culta da Europa, e todo o al-Ándalus brilhou como uma grande potência econômica e cultural, que controlava a quase totalidade da península ibérica e norte da África. Os árabes introduziram grandes aperfeiçoamentos nas técnicas de irrigação. A estrutura atual das áreas de cultivo de Valência e Múrcia é, basicamente, herança árabe. As culturas de cana-de-açúcar e do arroz foram trazidas do Oriente, e o artesanato passou por forte desenvolvimento. O comércio se expandiu e os portos andaluzes ganharam importância. A tolerância religiosa permitiu a prosperidade das comunidades judia e moçárabe (cristãos que viviam sob domínio muçulmano).

O esplendor de Córdoba, contudo, não foi duradouro, e o califado se desfez num mosaico de pequenos principados autônomos (taifas). Alguns deles alcançaram grande esplendor cultural, mas quando Toledo caiu em mãos de Afonso VI, de Castela, em 1085, a balança do poder se inclinou definitivamente para os reinos cristãos do norte.

Reinos cristãos. Apenas a cordilheira Cantábrica e os vales mais recônditos dos Pireneus escaparam da ocupação muçulmana do século VIII. Os habitantes dessas montanhas, fundidos com o que restava da nobreza hispano-visigoda, organizaram-se em diversos núcleos de resistência, dos quais o de maior vitalidade foi o reino de Astúrias. A partir da vitória das forças do rei Pelágio contra os árabes, em Covadonga, no ano 722, começou a consolidar-se um pequeno reino cristão que, no ano 914, teve suficiente força para abandonar o refúgio nas montanhas e estabelecer sua capital em Leão.

A porção oriental do reino leonês foi repovoada por cantábricos e bascos. Submetidos a freqüentes ataques dos árabes, seus habitantes pontilharam a região de fortificações e castelos. Vem daí o nome do condado, Castela, que, a partir de suas modestas origens, submetido ao poder asturiano, se converteria no reino mais importante da península.

Para defender-se da penetração árabe, o reino franco e o posterior império carolíngio apoiaram a criação de um pequeno estado-tampão na fronteira, a Marca Hispânica. Os condados dos Pireneus centrais deram origem ao reino de Aragão, e os dos Pireneus orientais formaram mais tarde a Catalunha. Nos Pireneus ocidentais, o reino de Navarra, criado em torno de Pamplona, libertou-se rapidamente da tutela dos francos.

Os séculos XI e XII foram de rápidas conquistas territoriais para os reinos cristãos. Castela estendeu suas fronteiras do Douro até a Extremadura e a Mancha, e em 1230 uniu-se a Leão. A oeste surgiu o reino de Portugal. A batalha de Navas de Tolosa, em 1212, abriu para Afonso VII e para seu sucessor Fernando II as portas do vale do Guadalquivir, logo conquistado. Só o reino muçulmano de Granada, no sul da península, ainda resistiu por mais de dois séculos ao avanço castelhano.

Os Reis Católicos. Na segunda metade do século XV, o casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela - os Reis Católicos - consolidou a tendência para a unificação da península. Fernando e Isabel puseram em marcha um amplo plano de reformas internas, que levou à criação do primeiro grande estado moderno da Europa. A expulsão final dos mouros ocorreu com a conquista de Granada, em 1492, ano também da expulsão dos judeus e do descobrimento da América. Em 1503, Nápoles foi anexada à Espanha, e entre 1505 e 1510 os Reis Católicos apoderaram-se de Oran, Trípoli e outros portos do norte da África.

A expulsão dos judeus fez com que muitos se convertessem ao cristianismo, e eles contribuíram sobremaneira para o brilho cultural do Século de Ouro. No entanto, ao fugirem à sempre suspeita atividade econômica, dedicaram-se ao misticismo, à literatura, ao direito etc., e historiadores modernos vêem nesse fenômeno um dos motivos da insuficiência econômica que já minava o império espanhol no momento de seu máximo esplendor.

Dinastia dos Habsburgos. Em 1516, assumiu o poder Carlos I de Habsburgo, neto dos Reis Católicos, e nessa condição herdeiro, pelo lado materno, do trono da Espanha, e pelo lado paterno, do Sacro Império Romano-Germânico, do qual se tornou imperador como Carlos V. A princípio mal recebido na Espanha, por ser estrangeiro, Carlos V realizou várias conquistas e expandiu o território. Enfrentou vitoriosamente a França, tentou impor o ideal medieval do império cristão na Europa mas fracassou frente à rebelião protestante e teve de enfrentar o perigo turco no Mediterrâneo. Seu sucessor no trono espanhol, Filipe II, foi reconhecido rei de Portugal em 1580, e estabeleceu a união ibérica.

Filipe II criou uma imensa máquina burocrática para o domínio de seus estados e acentuou a posição de seu antecessor na defesa intransigente da igreja de Roma frente à Reforma. Incrementou a atividade dos tribunais da Inquisição, derrotou os franceses em San Quintín e os turcos na batalha de Lepanto (em 1571), mas a vitoriosa rebelião dos Países Baixos, iniciada em 1567, e o fracasso da Invencível Armada (1588), enviada contra a Inglaterra, assinalaram o início da decadência espanhola e o fracasso das idéias medievais frente à emergente burguesia protestante do norte da Europa.

Durante o reinado de seu sucessor, Filipe III, cerca de 300.000 mouriscos (muçulmanos sob domínio cristão) foram expulsos da península, privando o país de uma população ativa e próspera. Filipe IV, que o sucedeu, confiou o governo ao conde-duque de Olivares, que envolveu o país na fracassada, para a Espanha, guerra dos trinta anos. No plano interno, o plano de estender a todos os reinos ibéricos a cobrança de impostos, que já tinha arruinado Castela, provocou a rebelião de Portugal, que se separou definitivamente, com suas colônias, em 1640.

Durante o reinado de Carlos lII, que terminou em 1700, as potências européias se dispuseram a dividir os despojos do extenuado império espanhol.

Casa de Bourbon. O falecimento de Carlos II abriu a disputa pela sucessão, entre Filipe de Bourbon, neto do rei francês, e o arquiduque Carlos de Áustria. Castela e seus domínios americanos defenderam com firmeza o vencedor, que reinou como Filipe V, enquanto a coroa de Aragão aderiu ao arquiduque Carlos. Pelo Tratado de Utrecht, as possessões européias da Espanha ficaram em mãos da Áustria, e Gibraltar nas da Grã-Bretanha.

Durante o reinado de Filipe V, de 1700 a 1746, as finanças espanholas foram saneadas sob a orientação do francês Jean Aury, e parte do prestígio nacional recuperado graças aos esforços de Giulio Alberoni e do ministro José Patiño, embora o país tenha enfrentado várias guerras com as potências rivais da Europa. Após o curto reinado de Fernando VI, de 1746 a 1759, subiu ao trono Carlos III, para nele permanecer até 1788. Empreendeu importantes reformas políticas e econômicas, a mais notável das quais foi abrir o comércio colonial a todos os portos da Espanha, o que beneficiou as nascentes indústrias da Catalunha e de Biscaia. A partir de então, o comércio com a América espanhola expandiu-se rapidamente.

O reinado de Carlos IV, de 1788 a 1808, foi marcado pelo impacto da revolução francesa e pela posterior ascensão de Napoleão Bonaparte, que veio aumentar a submissão da coroa espanhola à França. Ao cabo de várias manobras e pressões, Napoleão forçou Carlos IV a renunciar, e o substituiu por seu irmão José Bonaparte. A população de Madri rebelou-se e deflagrou a guerra da independência. Apoiadas por corpos expedicionários ingleses, as forças espanholas lançaram um violento contra-ataque em 1812, a partir de Portugal, concluído com a expulsão definitiva do exército napoleônico, em 1813.

Terminada a guerra, Fernando VII, que permanecera na França sob a proteção de Napoleão, regressou como rei da Espanha, mas se negou a assinar a constituição liberal que durante o conflito tinha sido assinada em Cádiz, única cidade que havia resistido à invasão. O governo absolutista de Fernando VII, monarca caracterizado pela inépcia, prejudicou ainda mais o país, já arruinado pela guerra, espoliado de seus tesouros artísticos, privado de seus homens mais capazes - que tinham sido executados, presos ou forçados ao exílio - e despojado de seus recursos nas Américas, com a rebelião das colônias.

Em 1820, uma revolta militar obrigou o rei a jurar a constituição, e durante três anos prevaleceu, nominalmente, a legalidade constitucional em um país agitado pela discórdia civil. A intervenção das potências européias, que decidiram invadir a Espanha com um exército francês, devolveu a Fernando VII o poder absoluto.

Com a morte de Fernando VII, em 1833, foi coroada sua filha Isabel, o que desagradou aos partidários de D. Carlos, irmão do rei, e deu origem ao carlismo, que perturbou o trono espanhol durante meio século. A menoridade da herdeira deu a regência à rainha-mãe, Maria Cristina, que se apoiou nos liberais e nos militares. A primeira guerra carlista terminou com a fuga de D. Carlos para a França, em 1839. O descontentamento contra a coroa fez surgir em 1854 o Partido Republicano. Dois anos mais tarde, um motim em Cádiz transformou-se em movimento revolucionário, que obrigou a rainha a exilar-se. Por ocasião da morte de Afonso XII, em 1885, o herdeiro do trono ainda não havia nascido, e a rainha Maria Cristina assumiu a regência até 1902. O pacto entre os partidos dominantes, Liberal e Conservador, permitiu ao estado superar a grave crise política decorrente da perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas depois da guerra com os Estados Unidos, em 1898.

Primeira república. Em junho de 1869 proclamou-se uma nova constituição. Repelida a dinastia de Bourbon, foi designado rei Amadeo de Savóia, que durante pouco mais de três anos se ateve escrupulosamente à constituição. Entretanto, renunciou em fevereiro de 1873, em conseqüência das dissensões entre os partidos, do surgimento de mais uma guerra civil carlista no País Basco e na Catalunha, de uma guerra de emancipação em Cuba - um dos últimos resquícios do império colonial - e de diversos conflitos no Exército.

A Assembléia Nacional proclamou então a primeira república, que teve escassa duração. Confrontada com a tendência separatista das províncias, com a oposição dos monarquistas e com a segunda guerra carlista, a república não se manteve e, com a intervenção do Exército, foi restaurada a dinastia dos Bourbons, sob Afonso XII, que reinou de 1874 a 1885 e aboliu os fueros (prerrogativas) bascos, último vestígio das liberdades medievais em território espanhol.

Principal artífice da restauração, o político Antonio Cánovas de Castillo fez aprovar uma constituição liberal conservadora, observada na Espanha de 1876 a 1923. Foi também de sua criação o sistema bipartidarista que, mediante eleições fraudadas em maior ou menor grau, garantiu a estabilidade civil no poder durante tantas décadas.

A Espanha iniciou o século XX reduzida a sua dimensão européia, mergulhada numa grave crise de identidade e com uma população de 18 milhões de habitantes que, em sua maioria, viviam de uma agricultura atrasada e insuficiente. A revolução industrial, no entanto, ainda que com atraso já havia chegado à porção oriental do mar Cantábrico e à Catalunha. Nessas regiões, uma burguesia empreendedora, protegida pelas altas tarifas aduaneiras, valeu-se da neutralidade da Espanha na primeira guerra mundial para vender seus produtos aos países beligerantes e acelerar assim a capitalização da indústria. Foram nacionalizadas as estradas de ferro e as empresas de eletricidade e de exploração mineral, que até então tinham estado em mãos do capital estrangeiro.

Surgiu, paralelamente, uma combativa classe operária, que se ligou predominantemente ao anarquismo na Catalunha e na Andaluzia, e ao socialismo em Madri e no norte do país. A vida intelectual deu mostras de extrema vitalidade, e surgiu a chamada Geração de 98, matriz dos movimentos ideológicos, artísticos e científicos posteriores.

Segunda república. A crescente agitação social, o descrédito dos partidos políticos da restauração e os fracassos da política colonial no Marrocos levaram o general Miguel Primo de Rivera a dar um golpe de estado em setembro de 1923, com o apoio de Afonso XIII, que reinou de 1902 a 1931. Como ditador, Primo de Rivera conseguiu a pacificação do Marrocos, deu impulso a obras públicas, e assim o país viveu anos de intenso desenvolvimento econômico, até que a crise mundial de 1929 se fez sentir. Afonso XIII retirou seu apoio ao ditador e a Espanha retornou à normalidade constitucional.

Em conseqüência do Pacto de San Sebastián, de agosto de 1930, socialistas, republicanos e nacionalistas uniram seus esforços e, nas eleições municipais de 1931, conseguiram vencer nas principais cidades do país. Sem apoio popular, o rei tomou o caminho do exílio, e a 14 de abril um comitê revolucionário proclamou a segunda república.

Socialistas e republicanos de esquerda triunfaram nas eleições de junho, e em dezembro foi aprovada uma nova constituição, de caráter democrático e leigo, propiciadora de reformas sociais. Nas novas eleições, disputadas em novembro de 1933, venceram, por pequena margem, os partidos conservadores, e o governo então formado, apoiado pela Confederação Espanhola das Direitas Autônomas e pelos monarquistas, paralisou as reformas iniciadas no ano anterior. Como conseqüência, foi iniciada a revolução de outubro de 1934, rapidamente sufocada pelo governo na Catalunha mas só a muito custo nas Astúrias. Nas eleições de fevereiro de 1936, a Frente Popular, formada por republicanos e por partidos de esquerda, alcançou ampla maioria. A reforma agrária foi acelerada, decretou-se a anistia e restabeleceu-se o governo autônomo da Catalunha. Foi quando as forças conservadoras, em contato com o fascismo italiano e o emergente nazismo alemão, começaram a preparar um golpe de estado. Eclodiu então a guerra civil.

Franquismo. Ao acabar a guerra, Francisco Franco viu-se convertido em chefe de estado de um país arruinado, com a população dizimada nos campos de batalha e nas represálias produzidas em ambas as retaguardas. As reformas mais radicais da época republicana foram anuladas; o estado se proclamou oficialmente católico e imitou o modelo totalitário dos regimes italiano e alemão. Criou-se o partido único, a Falange, e foram proscritas todas as organizações políticas e sindicais não oficiais.

A Espanha de Franco não chegou a intervir diretamente na segunda guerra mundial, embora tenha enviado um corpo expedicionário, a Divisão Azul, à frente russo-alemã. Com a derrota das potências do eixo, Franco ficou isolado internacionalmente, mas a ausência da oposição interna permitiu-lhe manter o poder. Na década de 1940, a população espanhola enfrentou uma grave escassez de produtos básicos, e só dez anos mais tarde o país começou a recuperar os níveis de produção do período anterior à guerra civil.

A guerra fria favoreceu a situação de Franco, que pôde contar com o apoio de governos ocidentais, e em 1950 a Espanha ingressou na Organização das Nações Unidas (ONU). Na década de 1960, o país experimentou um intenso desenvolvimento econômico, favorecido pela conjuntura expansiva européia, pelos investimentos estrangeiros e pelas divisas proporcionadas por centenas de milhares de emigrantes e por milhões de turistas.

Juan Carlos I. Antes de sua morte, o general Franco designou para suceder-lhe Juan Carlos de Bourbón, neto de Afonso XIII, com o que ficaria restaurada a linha dinástica da monarquia espanhola. Os aspectos mais totalitários do regime franquista suavizaram-se ao longo de suas quatro décadas de duração, e assim, com a morte do ditador, Juan Carlos foi proclamado rei, em 22 de novembro de 1975, sem forte oposição. Seu primeiro chefe de governo foi o último de Franco, Carlos Arias Navarro, que não foi capaz de solucionar os problemas da transição, pelo que em julho do ano seguinte foi substituído por Adolfo Suárez. Este buscou a homologação do sistema político espanhol pelos países europeus. O Parlamento eleito democraticamente elaborou a constituição de 1978.

Novas eleições deram o poder outra vez, em 1979, ao partido liderado por Adolfo Suárez, a União do Centro Democrático. Dificuldades políticas, no entanto, levaram Suárez a renunciar, em janeiro de 1981. No dia em que o Parlamento deveria dar posse ao novo presidente do governo, Leopoldo Calvo-Sotelo, também membro da UCD, ministros e deputados foram seqüestrados, no plenário das Cortes, por um grupo de guardas-civis. A atitude firmemente constitucional do monarca fez fracassar o golpe de estado.

Nas eleições disputadas um ano mais tarde, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) obteve maioria absoluta, mas a atuação moderada do primeiro-ministro Felipe González decepcionou seus partidários mais radicais. Ainda assim o partido conseguiu maioria absoluta nas eleições de 1986 e 1989. Nas eleições de 1993, voltou a triunfar.

Apesar do crescimento contínuo do desemprego - que no final da década de 1980 afetava mais de vinte por cento da população ativa - o governo do PSOE conseguiu manter uma situação estável nos anos seguintes, graças, em parte, a um crescimento moderado mas sustentado da economia. A partir de 1986 a Espanha tornou-se membro efetivo da Comunidade Econômica Européia.

Instituições políticas

O sistema político espanhol é regido pela constituição aprovada no referendo de 6 de dezembro de 1978, que reconheceu o direito à autonomia das nacionalidades e regiões do país. A forma política do estado é a monarquia parlamentar, e a soberania nacional reside no povo. São reconhecidas as liberdades religiosa, sindical e de partidos políticos, e se afirma a submissão dos cidadãos e dos poderes públicos à lei. A maioridade ocorre aos 18 anos. O poder legislativo é constituído pelas Cortes Gerais, compostas pelo Congresso dos Deputados e pelo Senado, cujos membros são eleitos por sufrágio universal a cada quatro anos, a menos que haja dissolução prévia das câmaras.

O chefe de estado é o monarca constitucional, cujo sucessor tem o título de príncipe de Astúrias. Cabe ao rei propor um candidato à presidência do governo, o qual terá de ser aceito pela Câmara dos Deputados. O Conselho de Estado é o mais alto órgão consultivo do governo. O Tribunal Supremo constitui a última instância judiciária, mas o Tribunal Constitucional tem jurisdição sobre casos que envolvam os direitos constitucionais.

A Espanha é membro da Organização das Nações Unidas e de suas agências especializadas, do Conselho da Europa, da Comunidade Econômica Européia e da maior parte das organizações de cooperação técnica e econômica do continente, bem como da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Mantém um tratado de amizade e cooperação com os Estados Unidos e está estreitamente vinculada à maior parte dos países latino-americanos e as suas organizações regionais.

Organização territorial. Territorialmente, o país divide-se em municípios, províncias e comunidades autônomas. Estas últimas, organizadas segundo a constituição de 1978, constituem a forma pela qual se articulam no sistema político as diversas regiões e nacionalidades, anteriormente submetidas ao poder central. As comunidades autônomas possuem seus próprios parlamentos e governos, e em algumas delas o idioma autóctone é co-oficial, com o castelhano. O governo central se reserva numerosos poderes, mas o conjunto constitui um sistema muito próximo a um estado federativo.

Continua em vigor a divisão do território espanhol em províncias, mas desde a criação das comunidades autônomas esta estrutura administrativa perdeu grande parte de seu conteúdo. A divisão em províncias, feita em 1833, levara em conta os antigos reinos peninsulares; por essa razão, as novas comunidades autônomas se constituíram pela aglutinação de territórios provinciais, sem necessidade de segregar partes para recompor nacionalidades históricas.

Sociedade

Os diferentes indicadores socioeconômicos mostram a Espanha, desde meados da década de 1980, como um país desenvolvido. No entanto, a tardia expansão industrial, mesmo tendo permitido a completa superação do estágio de subdesenvolvimento, deixou a Espanha a uma considerável distância dos países do centro e norte da Europa.

A antiga desigualdade social, mais visível nas regiões espanholas do sul que nas do norte, reduziu-se sensivelmente na década de 1960, quando a economia nacional experimentou forte desenvolvimento. As profundas diferenças existentes entre o meio urbano e o rural, e entre as regiões industrializadas e as mais atrasadas, perderam força por efeito de um crescimento econômico que beneficiou todas as camadas da população. No final do século XX, o país era socialmente estável, de tipo europeu ocidental. A estabilidade política parecia mais ameaçada, pelas tendências desagregadoras surgidas em algumas nacionalidades, particularmente no País Basco, onde uma minoria procurava obter a independência nacional.

Em um contexto de liberdade sindical, existiam duas centrais sindicais hegemônicas: as Comissões Operárias, ligadas a diversos partidos comunistas, e a União Geral dos Trabalhadores, vinculada ao Partido Socialista Operário Espanhol. Comparada com a de outros países europeus, a filiação sindical, tal como a filiação a partidos políticos, era baixa.

A rede sanitária estatal é a mais importante do país, e embora não tenha ainda a eficiência da dos países europeus mais ricos, é relativamente complexa e desenvolvida. O país conta ainda com numerosos hospitais e institutos médicos beneficentes e gratuitos, pertencentes à Igreja Católica, à Cruz Vermelha e a outras instituições privadas.

No que diz respeito ao ensino elementar, praticamente toda a população infantil é assistida, mas nos níveis de segundo grau e universitário há ainda uma demanda reprimida. O país conta também com universidades e colégios privados.

O catolicismo é amplamente majoritário entre a população, em conseqüência dos históricos vínculos entre a igreja e o estado e à perseguição de outras confissões religiosas. Embora a sociedade espanhola tenha passado por um intenso processo de laicização na segunda metade do século XX, a Igreja Católica continua a exercer notável influência sobre a opinião pública e a receber um tratamento especial por parte do estado, sem prejuízo da liberdade religiosa, assegurada pela constituição de 1978. Grupos minoritários professam o islamismo, diversos credos protestantes e o judaísmo.

Cultura

A Espanha foi, durante séculos, o ponto de encontro de duas civilizações, a árabe e a européia. Tal fato determinou numerosas peculiaridades da cultura espanhola, que, sem deixar de ser ocidental, está marcada por séculos de convivência com o mundo muçulmano.

Nos séculos XVI e XVII não ocorreu na Espanha o intenso processo de secularização que afetou os países do norte do continente, e isso causou uma alteração no caminho seguido pela cultura espanhola, a que faltaram, entre outros, os componentes burgueses que caracterizaram o restante da Europa. Não obstante, na época da dinastia Habsburgo, e mais concretamente no século XVI e na primeira metade do século XVII, o país passou por um brilhante período artístico e literário, o chamado Século de Ouro. Grandes artistas situaram a cultura espanhola na vanguarda do mundo ocidental: escritores e dramaturgos como Miguel de Cervantes, Mateo Alemán, Luis de Góngora, Francisco de Quevedo, Lope de Vega e Pedro Calderón de la Barca; arquitetos como Juan de Herrera e José de Churriguerra; e pintores como El Greco, Zurbarán, Velásquez e Murillo. No aspecto científico, contudo, o país permaneceu na retaguarda do mundo moderno. Os impulsos inovadores dos séculos XVIII e XIX não bastaram para "europeizar" a Espanha. Entre os europeus do norte ocorreu no século XIX um movimento romântico que tendeu a ver no sul dos Pireneus apenas o exótico, e não a realidade de uma cultura fundamentalmente européia, embora atrasada.

Depois do florescimento das gerações de 98 e 27 e da decadência cultural do pós-guerra, em fins do século XX a Espanha se abriu plenamente às correntes intelectuais européias e mundiais, sem que isso significasse uma renúncia às peculiares formas hispânicas de entender a vida.

Uma notável característica espanhola é a grande diversidade de conteúdos de sua cultura popular, variáveis segundo a região ou a nacionalidade. Assim, regiões inteiras desconhecem as touradas, enquanto a música flamenca - considerada fora do país como a arte espanhola por excelência - só é cultivada em algumas poucas. Já a florescente produção literária em catalão, galego e idioma basco é muito pouco conhecida no exterior.

Século XX. A partir dos últimos anos do século XIX ocorreu um extraordinário despertar da criatividade espanhola nos campos literário, artístico, científico e filosófico. Entre as grandes figuras da cultura espanhola do início do século XX figuram os escritores Pérez Galdós, Leopoldo Alas (Clarín), Blasco Ibáñez, Miguel de Unamuno, Antonio Machado, Pío Baroja e Ramón del Valle Inclán; o dramaturgo Jacinto Benavente; o cientista Santiago Ramón y Cajal; o historiador Marcelino Menéndez Pelayo; o filósofo Romón Menéndez Pidal; o arquiteto Antonio Gaudí; os pintores Isidro Nonell, Santiago Rusiñol, Darío de Regoyos, Ignacio Zuloaga e Joaquín Sorolla; e os músicos Manuel de Falla, Isaac Albéniz e Enrique Granados.

A chamada Geração de 1910 caracterizou-se por uma forte conexão com as correntes culturais européias. Entre muitos outros, merecem destaque os ensaístas Eugenio d'Ors, Gregorio Marañón e José Ortega y Gasset; os historiadores Américo Castro e Claudio Sánchez Albornoz; os escritores Gabriel Miró e Ramón Gómez de la Serna; e o poeta Juan Ramón Jiménez. A Geração de 1927 levou a lírica espanhola a sua máxima altura, com Federico García Lorca, Rafael Alberti, Luis Cernuda, Vicente Aleixandre e Dámaso Alonso, entre outros.

Na arquitetura, a Espanha conheceu um brilhante período criativo nos anos anteriores à guerra civil. O engenheiro Eduardo Torroja foi um precursor na criação de grandes estruturas em concreto armado, e os arquitetos José Luis Sert e Secundino Zuazo incorporaram as concepções racionalistas às suas realizações. Por sua vez, a história da pintura universal do século XX foi profundamente marcada pelos espanhóis Pablo Picasso, Juan Gris, Joan Miró, Antoni Tàpies e Salvador Dali.

A guerra civil produziu um corte brusco na produção intelectual. Alguns dos grandes criadores, como García Lorca, morreram durante seu transcurso, e grande número de outros teve de exilar-se ao final. Literatos como Ramón J. Sender, Max Aub, Juan Ramón Jiménez, Jorge Guillén e Fernando Arrabal trabalharam no exílio. No panorama cultural interno surgiram Camilo José Cela e Carmen Laforet.

Na década de 1980, a cultura espanhola se normalizou e se diversificou. O cinema, malgrado o reduzido suporte industrial, apresentou obras de grande valor, graças a diretores como Luis Buñuel, Luis García Berlanga, Juan Antonio Bardem, Carlos Saura ou Manuel Gutiérrez Aragón. A criação literária, bastante influenciada pela hispano-americana, em um universo cultural já muito unificado, adquiriu um dinamismo intenso, semelhante ao da indústria editorial.